Ata nº 8/2021 - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões da Câmara Municipal, os vereadores Orquelita Salgado da Costa e Cleres Maria Cavalheiro Revelante, membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, para análise e emissão de pareceres aos seguintes Projetos: **Projeto de Lei do Executivo nº 2683, de 1º de março de 2021 –** Estabelece o lançamento de IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, desconto para pagamento em parcela única, parcelamento e dá outras providências; **Projeto de Lei do Executivo nº 2687, de 11 de março de 2021 –** Altera a denominação do capítulo VII e os artigos 33 e 34, da Lei Municipal n° 1.745, de 28 de julho de 2009, e dá outras providências; **Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei nº 2687/2021; Projeto de Lei do Executivo nº 2689, de 11 de março de 2021 –** Altera o art. 74, da Lei Municipal n° 2610, de 11 de dezembro de 2020, e dá outras providências; **Projeto de Lei do Executivo nº 2693, de 25 de março de 2021 –** Dispõe sobre a Política Municipal das Mulheres, cria a Coordenadoria Municipal da Mulher - CMM, o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – COMDIM, e dá outras providências; **Projeto de Lei do Executivo nº 2694, de 30 de março de 2021 –** Dispõe sobre o pagamento de honorários de sucumbência aos procuradores jurídicos do Município de Salto do Jacuí e dá outras providências; **Projeto de Lei do Executivo nº 2695, de 31 de março de 2021 –** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal; **Projeto de Lei do Executivo nº 2696, de 31 de março de 2021 –** Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) e dá outras providências; e **Projeto de Lei do Legislativo nº 2, de 31 de março de 2021 –** Dispõe sobre a concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no Município de Salto do Jacuí e dá outras providências.Após análise, a Comissão decidiu emitir parecer favorável ao **Projeto de Lei do Executivo nº 2683/2021,** permanecendo os demais Projetos baixados na Comissão. Nada mais havendo a se tratar, foram encerrados os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: